

| Data: 28/02/2020 | | | |
|---|----------------------|--------------|----------------------------|
| Início: 14:30 | | | |
| Fim: 17:25 | | | |
| Local: Instituto de Atenção às Cidades, Sala 08, Bloco B, Campus Palmas, Universidade Federal do Tocantins | | | |
| Histórico das Revisões | | | |
| Data | Descrição | Autor | Código do Documento |
| 28/02/2020 | Criação do documento | Ary Henrique | ATA-GT-01-2020 |

Título: Reunião de abertura do Grupo de Trabalho (GT) da Revisão de Outorgas e Regras de Operação

Presentes: IAC/UFT: Ary Henrique M. de Oliveira (presidente), Felipe de Azevedo Marques (convidado). NATURATINS: Luan Ribeiro (representante). Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso: João Carlos Farencena (representante). Ministério Público do Estado do Tocantins: Marcio Augusto da Silva (representante), Marcos Antônio Oster (suplente). Sociedade Civil: José Luiz Cabral da Silva Júnior. Convidado do IAC: Evandro Rodrigues (representante dos produtores).

Objetivos:

Criação do Grupo de Trabalho e discussões sobre o relatório de situação da Gestão de Alto Nível.

Histórico: A reunião iniciou com leitura da pauta da reunião para debater os seguintes itens (1) Introdução sobre o papel do Grupo de Trabalho (GT); (2) Composição do GT; e (3) Apresentação da situação atual da Gestão de Alto Nível. Por se tratar da primeira reunião do grupo de trabalho, os trabalhos foram iniciados pelo excelentíssimo juiz de direito **Dr. Wellington Magalhães**, Juiz Titular da Comarca de Cristalândia e representante neste ato, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Dr. Wellington realizou a abertura da reunião destacando que o principal objetivo do grupo de trabalho é buscar a realização plena dos objetivos da Revisão de Outorgas para resultados definitivos da Gestão de Alto Nível de modo que a ação judicial possa ser encerrada. Enfatizou o caráter técnico das discussões do GT, apresentou a composição das entidades do GT e agradeceu a participação do prof. Dr. José Luiz Cabral, representante da sociedade civil. Foi reforçado em sua fala que são garantidas a participação e voz dos membros suplentes, porém, preferencialmente, será o membro titular a ter o direito de voto ou o suplente, quando o mesmo estiver na condição de substituto do titular. Durante sua fala, Dr. Wellington questionou os representantes (titular e suplente) do Comitê de Bacia sobre o processo de indicação na plenária do comitê, que segundo os documentos apresentados, foi realizado por meio de ad referendum do presidente sem a consulta dos demais membros do Comitê. Nesse sentido, solicitou que na próxima reunião do GT, os representantes do Comitê apresentassem a ATA da aprovação das indicações pela assembleia do Comitê. Na oportunidade, o sr. João Carlos Farencena informou que o ad referendum foi devido ao curto prazo para a indicação e devido ao presidente estar em período de férias, mas que providenciará o documento solicitado. Dr. Wellington destacou a necessidade das discussões serem genuinamente técnicas e reforçou que qualquer divergência deve estar fundamentada na técnica, enfatizando que outros tipos de discussões não trarão contribuição para a solução dos problemas da bacia. Além disso, reforçou a necessidade do Naturatins priorizar as demandas do IAC/UFT no que tange à revisão das outorgas, pois o convênio tem um prazo a ser cumprido e que já tem ciência que o cronograma foi comprometido. Falou ao Luan que é sabida a dificuldade em relação aos recursos humanos, porém é necessário alcançar o objetivo de revisão de todas as outorgas e sem a cooperação do Naturatins não será possível. Dr. Wellington reforçou que o grupo não tem competência deliberativa junto ao processo, por tal motivo existe a necessidade de fundamentação técnica em caso de divergência técnica. Destacou que as decisões judiciais, caso necessárias, durante a

execução do projeto serão fundamentadas na técnica. Finalizando, Dr. Wellington informou que não participará da discussão técnica, uma vez que não possui conhecimento técnico nas temáticas que serão abordadas na reunião, mas adianta que o Tribunal de Justiça tem buscado trabalhar para não judicializar outras demandas ambientais que estão por vir, e para tornar as ações futuras mais eficientes, sendo que está sendo criando um núcleo de conciliação ambiental, principalmente devido a criação das promotorias ambientais que aumentou o volume de ações. Enfatizou que existem esforços para tratar as ações de conciliação antes que as demandas sejam judicializada e que o papel do Judiciário é ser árbitro nas demandas, destacando que existem duas grandes ações na Bacia do Rio Formoso, informando que chegando ao final, com as revisões de outorgas concluídas, cumprindo o acordo firmado em 2016, a ação terá cumprida a sua finalidade. Em relação ao processo dos barramentos, foi informado que essa temática não entrará na discussão do GT. Dr. Wellington finalizou sua fala desejando um excelente trabalho para todos os envolvidos e que acredita que com a técnica e a cooperação de todos, tudo será solucionado em relação às revisões das outorgas. O prof. Felipe informou aos presentes que na condição de coordenador geral do projeto não estará presidindo os trabalhos do GT de forma a dar maior autonomia e liberdade para as discussões, destacando que o prof. Fernan Vergara, coordenador técnico da revisão de outorgas, será o representante titular do IAC e presidirá os trabalhos do GT e o prof. Ary Henrique Oliveira será o representante suplente, mas que se coloca a disposição para comparecer caso convidado pelo GT de forma a apresentar um relatório sobre o andamento da execução dos trabalhos. Felipe destacou também ao Dr. Wellington que havia acordado com os produtores que o IAC convidaria um representante dos produtores para participar das reuniões do GT, não desrespeitando a formação do GT, mas como convidado para contribuir nas discussões e levar as informações aos usuários. Apontou que o Sr. Evandro havia sido indicado pela APROEST como esse representante dos produtores, convidado pelo IAC a participar das reuniões do GT. Dr. Wellington não fez objeção ao convite do IAC. Dr. Wellington reforçou que não definiu um representante dos usuários, pois entende que tal participação já está contemplada com a participação do Comitê de Bacia. Nessa oportunidade foi declarado aberto os trabalhos e o juiz se retirou da reunião.

Iniciando os trabalhos, o Prof. Ary informou que o Prof. Fernán está em viagem e que por isso preside os trabalhos da primeira reunião. Em relação ao ponto de pauta **(1) Introdução sobre o papel do Grupo de Trabalho (GT)**, o prof. Ary Henrique reforçou brevemente as palavras do Dr. Wellington para esclarecimento dos objetivos do GT informando que as atas produzidas serão encaminhadas para todas as instituições, inclusive para o Tribunal de Justiça para compor o processo. Informou que o GT é uma instância consultiva de apoio ao projeto, de forma a auxiliar a agilizar a execução dos trabalhos, inclusive, apoiando a solucionando entraves para a realização das diversas atividades do projeto. O prof. Ary Henrique destacou que convidou o professor Felipe para apresentar uma situação geral do projeto, que será mais bem detalhado no terceiro ponto de pauta. Em seguida, passou para o segundo ponto de pauta **(2) Composição do GT**. Nesse momento, foram registrados os dados das instituições e dos seus representantes titular e suplente. A composição foi definida da seguinte forma: Representantes do Instituto de Atenção às Cidades da Universidade Federal do Tocantins: Fernan Enrique Vergara Figueroa (titular) e Ary Henrique M. de Oliveira (suplente); Instituto de Natureza do Tocantins: Felipe Mansur Pimpão (titular) e Luan Ribeiro (suplente). Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso: João Carlos Farcena (titular) e Evandro Rodrigues (suplente). Ministério Público do Estado do Tocantins: Marcio Augusto da Silva (titular) e Marcos Antônio Oster (suplente). Sociedade Civil: José Luiz Cabral da Silva Júnior (titular) e Expedito Alves Correa (suplente). Após lido e registrado o nome completo e os dados de contato de cada instituição e representantes, com o endereço da instituição, e-mail e telefone do representante, as discussões passaram a ser realizadas em relação ao terceiro ponto de pauta. **(3) Apresentação da situação atual do projeto Fase D Revisão de Outorgas e Regras de Operação**. Nessa oportunidade, o prof. Ary Henrique solicitou permissão aos presentes para que o prof. Felipe Marques, como convidado, pudesse apresentar a situação atual da execução do projeto. A participação do prof. Felipe foi aprovada por unanimidade. O professor Felipe apresentou um relatório síntese, que informou já ter sido encaminhado para o judiciário e ministério público, que contém de forma bem objetiva os avanços obtidos e os desafios que permanecem. O relatório

foi dividido em 3 partes, onde a primeira parte aborda o sistema GAN, que é o sistema que monitora a disponibilidade e a demanda hídrica na bacia, a segunda parte trata do Sistema de Apoio a Decisão para Outorgas (SAD-Outorga) e a terceira parte sobre a FASE D de Revisão de Outorgas. Felipe esclareceu que o relatório é para acesso de todos e será compartilhado pelo GT. Felipe destacou que existem avanços e problemas e que isso é normal, mas que tais desafios precisam ser superados para que seja possível atingir os objetivos e a ação judicial seja encerrada. Destacou que não se pode temer os problemas, pois não serão resolvidos até que sejam encarados de frente. Em relação ao sistema GAN, destacou que o monitoramento da disponibilidade hídrica é feito a partir de 10 estações fluviométricas da ANA e da SEMARH, porém 9 dessas 10 estações não apresentam séries históricas consistentes. Explicou que existe um critério de análise de consistência na Hidrologia que descarta períodos quando o número de falhas supera 10% do tempo. Explicou que esse cenário significa que ainda não foram eliminadas as incertezas em relação a pergunta número um: quanto temos de água nos cursos d'água da bacia. Destacou a importância desse problema ser resolvido, pois de nada adianta o monitoramento das demandas se não se sabe quanto há disponível. Felipe aproveitou a participação do Prof. Luiz Cabral da Unitins para sugerir que a operação das estações na bacia fosse realizada pela Universidade, visto que a bacia do Formoso apresenta conflitos e precisa de um monitoramento da disponibilidade confiável e preciso. Prof. Cabral apontou que esse ponto deveria ter sido mais bem abordado desde o início do processo, pois é crítico e de fato compromete todos os esforços na bacia. O prof. Felipe questionou o prof. Cabral sobre a capacidade da Unitins para coordenar o monitoramento e a consistência das séries de disponibilidade na bacia, de modo que a Semarh delegasse esse monitoramento e atuasse mais na condição de gestor e menos como executor. O prof. Cabral assentiu que sim, a Unitins tem capacidade e experiência para realizar esse tipo de trabalho. Foram feitos comentários pelos presentes que confirmaram a necessidade de uma operação mais consistente das estações de monitoramento. A recomendação foi colocada como proposta do GT, de formular um documento destinado à SEMARH como apresentação de uma proposta técnica, apresentando os problemas de consistência do monitoramento hidrológico na bacia e proposta de solução, em que a Unitins assumiria a execução da manutenção das estações de monitoramento. O Prof. Cabral estimou que conseguiria construir uma proposta com apoio do prof. Felipe na justificativa até o dia 10 de março. Colocada em votação, a recomendação de descentralização da execução do monitoramento da Semarh à Unitins foi aprovada por unanimidade, ficando a data de 10/03/2020 para encaminhamento do documento ao GT para ser apresentado como proposta à SEMARH. Encerradas as discussões sobre o monitoramento da disponibilidade o Prof. Felipe explicou que o monitoramento das demandas é feito em três partes: medição com os medidores de vazão ultrassônicos, transmissão com os transmissores 3G/GPRS ou ethernet e a disponibilização por meio do sistema GAN. Explicou que em relação aos medidores o desafio está na manutenção dos dispositivos e na proteção contra violações dos equipamentos. Felipe explicou que devido ao exposição ao sol e chuva, os dispositivos eletrônicos precisam de uma manutenção preventiva para assegurar o seu funcionamento, especialmente durante o período crítico em disponibilidade hídrica. Assim, no ano de 2019 foi feita a manutenção de todas as instalações em abril e que anualmente essa manutenção precisa ser feita. Relatou que o DIRF contratou a manutenção por cinco anos e que na Lagoa da Confusão a maioria dos produtores também é favorável à um contrato de manutenção preventiva de médio prazo e que alguns poucos pretendem fazer os contratos de manutenção ano após ano. Felipe destacou que é importante que o órgão gestor cobre algum tipo de Certidão ou Atestado de Manutenção por exemplo, para permitir a irrigação no período crítico de modo a estimular a manutenção preventiva dos medidores. Luan do Naturatins explicou que nesse sentido talvez fosse necessária a publicação de uma portaria. O sr. Farenzena apontou que o GT poderia recomendar ao Comitê de Bacia que delibere nesse sentido para o Naturatins então passar a exigir a apresentação desse atestado como condição para a irrigação no período crítico. Evandro apontou a sugestão para que o IAC capacitasse profissionais da Lagoa para que a mão de obra local pudesse também se beneficiar do processo de manutenção. Felipe respondeu que sim, é possível, que existe uma parte da manutenção que é mais tecnológica e possui direitos autorais do IAC, mas que a maior parte do serviço de manutenção é física e pode sim, ser ensinada a terceiros. Foi colocada em votação a proposta de recomendação ao Comitê e ao Naturatins para a apresentação do atestado de

manutenção como condição para as captações no período crítico, que foi aprovada por unanimidade pelo GT. O sr. Marcos expôs que um dos problemas na visão dele é que nem os produtores nem o órgão gestor estão se apropriando das informações do monitoramento, ou seja, as informações captadas parecem não estar sendo utilizadas para a gestão das atividades dos empreendimentos, entendimento que deve ser mudado, uma vez que o responsável técnico tem a responsabilidade pelo projeto aprovado para operação do empreendimento. Conforme seu destaque, a responsabilidade das leituras e demais informações do empreendimento (relatórios por exemplo), a princípio seria do produtor e RT, mas o Naturatins precisaria na execução das suas funções, realizar o acompanhamento. O sr. Luan destacou que o produtor já é obrigado a entregar anualmente um relatório com uma planilha de monitoramento das captações. Em relação ao período das manutenções, o GT apontou que devem ser realizadas entre 1 de março e 15 de maio, data última para apresentação do atestado ao Naturatins. O prof. Felipe deu andamento ao relatório informando que há relatos de usuários que desligam o sistema de monitoramento e acionam as bombas para evitar as medições e que nesse sentido seria interessante inserir lacres aos medidores de forma a impedir e registrar violações ao sistema de medição de vazões, semelhante ao que ocorre nos medidores de energia e de água em nossas residências. Explicou que embora os medidores e a instalação tenham sido pagos por nós, não nos é permitida a violação dos equipamentos. Marcus perguntou se seria possível de alguma forma lacrar os medidores para impedir violações e o Felipe assentiu que sim, que ainda não definiu como fazer, mas que acredita que seria possível sim. Nesse sentido, o GT deliberou por unanimidade que seja recomendado ao Comitê e Naturatins a exigência de lacres físicos para impedir a violação dos dispositivos. O prof. Ary destacou que além do lacre, que é necessário, o sistema GAN consegue identificar quando um medidor é desligado pelo usuário e poderia notificar o responsável e o Naturatins, por exemplo, quando um medidor ficar off-line por um período de 24h e novamente em 48h. Com esse alerta, o responsável poderia chamar o serviço de manutenção corretiva, para restabelecer o monitoramento o mais breve possível. O prof. Cabral apontou a necessidade de criar critérios e requisitos de atendimento para essa instalação de lacres e também a definição rígida de datas para as manutenções preventivas e quanto tempo o usuário teria para sanar problemas ocasionais com as manutenções corretivas. Citou como exemplo que o sistema poderia alertar o usuário quando o seu sistema ficasse off-line por 24h. Nesse contexto, o prof. Ary sugeriu que após 24 horas de desconexão, o sistema enviaria uma mensagem automática de aviso “amarelo” ao usuário e órgão gestor para “atenção” quanto ao funcionamento da estação e após 48 h, persistindo o problema o sistema enviaria a segunda mensagem, desta vez “vermelha” para que o usuário tomasse providência em chamar a manutenção corretiva e depois apresentar o laudo da vistoria/manutenção. Foram feitas considerações pelos membros do GT no sentido de que alguns problemas poderiam ser resolvidos facilmente, mas que poderiam ter problemas que exigissem mais tempo e que nesse caso o laudo de vistoria deveria apontar o problema e dependendo o prazo necessário para envio de peças e conserto do equipamento. Após as discussões, o GT deliberou por unanimidade que o sistema GAN deverá notificar usuário, associação, comitê e órgão gestor quando uma estação ficar off-line por 24 h e uma segunda notificação, para correção, quando a estação permanecer off-line por 48 h, sendo necessário que o usuário apresente no sistema o laudo de vistoria/manutenção em até 48 h da notificação. Marcus do CAOMA, apontou que o nível dos rios esteve bem abaixo da normalidade nesse início de ano, período chuvoso na bacia o que indica a necessidade do sistema de monitoramento de captações mesmo no período chuvoso. Evandro explicou que devido à baixa precipitação no período chuvoso, em dezembro e janeiro foi realizado rodízio de bombas no início da irrigação do arroz, usando o rodízio de 1/3 das bombas ligadas a até o rio ter água suficiente, com base nas cotas de operação do Plano do Biênio. Nesse ponto, o sr. Marcos do MPE compartilhou sua preocupação em adotar as cotas mínimas do Biênio para o período chuvoso uma vez que aquelas cotas eram referentes ao período crítico e seria um enorme prejuízo ao ambiente cotas mínimas no período chuvoso. Nesse sentido apontou a necessidade também de se estabelecer cotas mínimas e regras de operação diferenciadas para o período chuvoso. Evandro completou informando que foram utilizadas como referência as cotas do Biênio, mas foram utilizadas cotas superiores justamente devido se tratar do período chuvoso. O sr. Farense colocou que essa operação foi realizada em função de precipitações atípicas em outubro e novembro de 2019. O prof.

Felipe apontou que é válida a preocupação do CAOMA e que sim, será preciso estabelecer regras diferenciadas também para as captações no período chuvoso, tendo em vista que podem ocorrer novamente, anos atípicos em precipitação. Vencida a discussão desse ponto, o prof. Felipe explicou aos presentes que até o ano passado, das 94 estações de monitoramento de demanda, 60 estavam dentro da área de cobertura das operadoras de telefonia CLARO ou VIVO e por isso transmitiam as leituras das bombas a cada 15 minutos, e que 34 bombas estavam fora da cobertura e por isso mediam, porém não transmitiam. Explicou que o IAC junto a empresa CAS Tecnologia desenvolveram um novo transmissor, capaz de transmitir via rede de internet. Disse que foram feitos testes na Faz. Dois Rios com êxito e em seguida todos os produtores fora da cobertura foram comunicados da nova tecnologia e orientados a primeiro instalar um ponto de acesso a internet na casa de comando das bombas e em seguida adquirir e instalar o novo transmissor ethernet. Felipe explicou que a maioria dessas propriedades fora da cobertura já possui internet na sede da fazenda e que houve pronta aceitação das orientações por parte dos produtores. Felipe relatou que acredita que nesse ano de 2020 todas as bombas da bacia estarão transmitindo as leituras de captação no período seco. Felipe apontou que foi definida junto aos produtores a data de 30 de março para conclusão das novas instalações dos transmissores na bacia. Em relação ao sistema GAN, Felipe informou que desde agosto de 2017, quando a Fase C foi finalizada e não foi iniciada a Fase D, o IAC vem mantendo o sistema com recursos próprios e por isso não conseguiu fazer as atualizações necessárias no sistema. Explicou que com a celebração do convênio da Fase D agora há recursos para fazer essa manutenção evolutiva do sistema GAN. Apresentou que o sistema já foi expandido para todo o Estado e já conta com as estações fluviométricas que possuem séries consistidas. Apresentou os resultados da análise de consistência das estações do Estado, em que se observou que o problema de consistência do monitoramento é generalizado em todo o Estado, o que reforça a necessidade de descentralizar a operação das estações do Estado, tendo em vista os prejuízos financeiros e a falta de resultados para melhoria da gestão de recursos hídricos no Tocantins. O prof. Cabral ressaltou que uma instituição de ensino tem a possibilidade de desenvolver esse tipo de trabalho de forma mais simples podendo contar com a FAPTO como gestora financeira de recursos. Felipe destacou também que o sistema GAN será atualizado com várias novas funcionalidades. Em relação ao desenvolvimento do sistema SAD-Outorga no Naturatins, o prof. Felipe destacou que foi feito um trabalho completo de otimização de todo o fluxo de concessão de outorgas, desde a concepção de um novo fluxo, elaboração de novos formulários e a completa atualização do sistema computacional. Destacou que ainda está pendente o treinamento dos analistas de outorga do Naturatins e prometeu que assim que o sistema esteja finalizado, após as contribuições dos analistas do Naturatins será apresentado ao GT. Felipe destacou a necessidade de atualização das bases de dados geográficos e hidrológicos. Nesse aspecto destacou que foi atualizado todo o sistema computacional e que é uma pena a base de dados permanecer desatualizada. Ressaltou a necessidade de atualização da base hidrográfica da escala 1:100:000 para a escala 1:25.000 e da base hidrológica de 2011 para 2020, em virtude das novas estações e da extensão das séries históricas mais recentes. Felipe explicou que não se trata de um trabalho extenso nem muito caro, e que o Estado já possui uma hidrografia 1:25.000 que precisa apenas passar por tratamentos para ser inserida no SAD e da mesma forma, a atualização de vazões de referência não é algo muito complexo de modo que ambas as bases podem ser atualizadas em curto prazo e com baixo custo pelo IAC/UFT. Luan do Naturatins ressaltou que essa demanda é realmente necessária e que já se colocou a disposição para justificar a necessidade dessa atualização junto ao Naturatins e a Semarh. Foi colocada em votação a proposta de recomendação para atualização das bases geográfica e hidrológica que foi aprovada por unanimidade. Felipe também destacou que tanto o sistema SAD como os documentos Manual de Outorga e Manual do SAD precisam ser institucionalizados, ou seja, adotados oficialmente pelo governo do Estado e que um lançamento com a comunidade de responsáveis técnicos seria efetiva e também uma grande propaganda do Governo Estadual. Em relação ao andamento da FASE D de Revisão de Outorgas, o prof. Felipe apontou que não houve avanços significativos, visto que os processos de outorga e de licenciamento não foram ainda repassados pelo Naturatins. Relatou que o cronograma está comprometido e que uma alternativa seria a solicitação dos documentos aos usuários, de forma a dar oportunidade aqueles usuários que querem

prioridade na revisão de outorgas. Entretanto Felipe destacou que essa alternativa não exige a necessidade do envio dos documentos oficiais pelo Naturatins, sendo apenas uma medida de coleta de documentos para não haver maior impacto ao cronograma do projeto. Marcus do MP ponderou se essa revisão individual não poderia trazer problemas aos demais usuários, que terão sua revisão de outorga depois. Felipe confirmou que sim, que a ideia inicial era rever o conjunto para garantir a alocação de água para todos, mas que nessa alternativa de coleta de documentos, os primeiros sim seriam beneficiados. Luan explicou que os processos de licenciamento foram transferidos de prédio para um depósito e que isso dificulta a levantamento dos processos, mas se comprometeu a reunir os processos referente à outorga. O sr. Evandro destacou que em conversa com os produtores, eles estão favoráveis e ansiosos pela revisão das outorgas, visto que nunca faltou água na bacia e que por isso a expectativa é que seja alocada água para todos. Além da limitação física com a falta dos documentos do Naturatins, o prof. Felipe também apontou haver limitação financeira para buscar alternativas metodológicas, uma vez que os repasses financeiros do convênio não estão atendendo o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho. Pelo plano seriam repasses mensais e conforme acordo entre o Naturatins e as empresas intervenientes, os repasses estão ocorrendo somente após a aprovação dos produtos pelo Naturatins. Felipe explicou que havendo limitação física não há produto e que nesse contexto, sem produto não há desembolso de forma que o projeto está comprometido. O Prof. Ary reforçou dizendo que a administração do Naturatins alega que só cobrará da empresa os pagamentos após a aprovação dos produtos, porém não há como avançar na entrega dos produtos devido ao não repasse dos documentos pelo Naturatins. Felipe pediu a ajuda do GT, pois possui responsabilidade como coordenador e as tentativas de solução junto ao Naturatins não surtiram efeito. O sr. Farencena apontou que nessa situação financeira, visto que há um Cronograma de Desembolso assinado entre as partes que não está sendo cumprido, o juiz poderia intervir e quanto ao envio da documentação perguntou ao gerente de outorgas Luan se haveria como resolver a situação. Luan assentiu que consegue ajudar em relação as outorgas e que irá reunir os processos no Naturatins, mas que o envio precisa ser autorizado pela administração. A recomendação de intervenção do juiz quanto aos repasses do convênio é votada e aprovada por unanimidade pelo GT. Felipe informa que enquanto os processos do Naturatins não forem enviados, irá solicitar então o envio facultativo dos documentos aos usuários da bacia. Não havendo mais nada a tratar o prof. Ary agradeceu a presença de todos, se comprometeu a redigir a ata e enviá-la junto com o relatório do IAC aos membros do GT e encerrou a reunião às 17:25.

Presentes

Dr. Ary Henrique M. de Oliveira
Instituto de Atenção às Cidades –IAC/UFT

Luan Ribeiro
Instituto de Natureza do Tocantins - Naturatins

João Carlos Farencena
Comitê da Bacia do Rio Formoso

José Luiz Cabral da Silva Júnior
Sociedade Civil

Marcio Augusto da Silva
Ministério Público do Estado do Tocantins - MPE

Marcos Antônio Oster
Ministério Público do Estado do Tocantins - MPE

Felipe de Azevedo Marques (convidado)
Instituto de Atenção às Cidades –IAC/UFT

Evandro Rodrigues (convidado)
Comitê da Bacia do Rio Formoso

